

Estado e Políticas Públicas da Educação Básica na América Latina

¹Rosilene Amorim dos Anjos

INTRODUÇÃO

Para a pesquisa foi selecionado sete países latinos americanos (Brasil; Chile, México, Equador, Bolívia; Venezuela; e Cuba). Esses países foram escolhidos, primeiro pela necessidade de um recorte, devido ao tempo de pesquisa e, segundo por características diferenciadas no grau de submissão a uma agenda global do capital financeiro.

O projeto está dividido em três partes: 1- Breve Cenário Latino-americana no Século XXI: como o continente está no cenário internacional; 2- Estado e o Capital Financeiro: quem são e como atuam em especial, nos países selecionados; 3- Aspectos Políticos e Socioeconômicos nos Sete Países Latino-americanos: entender como a realidade econômica tentará se aparelhar para o funcionamento da educação; 3.1- Avaliação Externa e o Currículo na Educação Básica dos Sete Países Latinos: como cada país tem resistido ou não, como tem trabalhado seu sistema educacional, se está em consenso com o capital, ou, se prioriza sua identidade.

Existem diversos estudos a respeito da América Latina, sendo a maior parte feita fora daqui. No cenário internacional o continente tem acentuado um caráter de classe, submetido a três séculos de colonialismo, e os últimos dois de subdesenvolvimento e dependência. A educação tem sido uma das ferramentas para submeter os países, com anuência dos interesses capitalistas. Nesse artigo se propõe observar brevemente e analisar as amarras e as resistências dos países escolhidos a uma agenda estruturada pelos capitalistas

1- Breve cenário Latino-americana no Século XXI

¹ Pedagoga pela UDESC, com habilitação em Séries Iniciais e Orientação Educacional, mestre em educação pela UFSC, na linha Estado, Educação e Políticas Públicas.

Sem discutir a historicidade da consolidação dos Estados nacionais e a conjuntura, não será possível compreender a reforma educacional na América Latina, suas rupturas e continuidades. Pois,

Nas Américas, a cultura real é filha de várias mães. Nossa identidade, que é múltipla, realiza sua vitalidade criadora a partir da fecunda contradição das partes que a integram. Mas temos sido adestrados para não nos enxergarmos. O racismo, que é mutilador, impede que a condição humana resplandeça plenamente com todas as suas cores. A América continua doente de racismo: de norte a sul, continua cega de si mesma. (...). As culturas de origem não europeia não são culturas, mas, ignorância, úteis, no melhor dos casos para comprovar a impotência das raças inferiores, atrair turistas e dar a nota típica nas festas de fim de curso ou nas datas pátrias. Na verdade, a raiz indígena ou a raiz africana, em alguns países as duas ao mesmo tempo, florescem com tanta força como seus frutos prodigiosos, nas artes de alto prestígio e também nas artes de desprezo chama de artesanato, nas culturas reduzidas ao folclore e nas religiões depreciadas como superstição. Essas raízes, ignoradas mas, não ignorantes, nutrem a vida cotidiana de gente de carne e osso, embora muitas vezes as pessoas não saibam ou prefiram não saber, e estão vivas nas linguagens que a cada dia revelam o que somos através do que falamos e do que calamos, (...) (GALEANO, p.59, 2011)

A América Latina, assim como cada continente, cada lugar, tem suas peculiaridades, sua história, sua cultura e sua riqueza. Como porém, seguir uma agenda estruturada para educação? A educação desenhada por organismos internacionais e multilaterais está diretamente ligada ao fator econômico, não é pensada por latinos com respeito às diferenças. Segundo autores como Marine os países vivem a dialética da dependência, e dentro da totalidade imensas contradições por desenvolver um papel no cenário mundial por conta do grande capital. Ouriques (2015) na apresentação do livro de Theotonio dos Santos afirma que o regime político liberal dominante não poderá produzir jamais uma democracia para as amplas maiorias que produzem a riqueza em nosso país. E a razão, para ele é simples, nos marcos do capitalismo dependente, submetidos à superexploração da força de trabalho, o apelo à cidadania e o respeito aos direitos sociais são de impossível realização. Além do respeito à identidade, e as fecundas contradições que a integram como descreve Galeano acima.

Contudo, as forças do capital ampliam seus tentáculos por todo o globo, independente das diferentes culturas, com o objetivo do lucro.

Quando Lênin escreveu, na primavera de 1916, seu livro sobre o imperialismo, o capital norte-americano abarcava menos da quinta parte do total das inversões privadas diretas, de origem estrangeira, na América Latina. Hoje, abarca $\frac{3}{4}$ partes. O imperialismo que Lênin conheceu – a rapina dos centros industriais em busca de mercados mundiais para a exportação de suas mercadorias; o saque do ferro, do carvão, do petróleo; as ferrovias articulando o domínio das áreas submetidas; os empréstimos vorazes dos monopólios financeiros; as expedições militares e as guerras de conquista – era um imperialismo que regava com sal os lugares onde uma colônia ou semicolônia tivesse ousado levantar uma fábrica própria. A industrialização, privilégio das metrópoles, era, para os países pobres, incompatíveis com o sistema de domínio imposto pelos países ricos. (GALEANO, p.223, 2002)

A cultura e a educação ficam portanto, submetidas ao império, regada com sal. Não só não se permite o crescimento econômico com a industrialização, investimento em pesquisas científicas, entrega das riquezas naturais, super exploração da mão de obra, como há estratégias de articulação para um determinado formato para a educação, sendo possível que a maior parte dos estudos sobre a América Latina não estejam na América Latina. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA _ *Latin American Studies Association*). Os estudos foram impulsionados pela lei 1958 que forneceu recursos financeiros. A LASA é a maior associação profissional do mundo composta de indivíduos e instituições dedicadas ao estudo da América Latina. Com mais de 12.000 sócios, quase 60% dos quais residindo fora dos Estados Unidos, reúne especialistas de todas as disciplinas e profissões que se dedicam ao estudo da América Latina. Mas, No final do século XIX e na virada do século XX, dentro da própria região, escritores como o cubano José Martí e José Enrique Rodó incentivaram a consciência da identidade regional.

2- Estado e o Capital Financeiro

Independências com ou sem revoluções resultam em Estados diferentes. Sem revolução resulta em caráter débil do Estado Nacional. A apropriação do excedente econômico dá a característica da debilidade ou força de um país (Estado). E, “não faltam políticos e tecnocratas dispostos a demonstrar que a invasão do capital estrangeiro ‘industrializador’ beneficia as áreas onde irrompe” (GALEANO, p.225, 2002). Por outro lado, o que confere o caráter progressista de um governo é a capacidade de mexer na estrutura do Estado.

Não se trata aqui de algum “Estado Ideal”, embora não seja nem um pouco irrelevante que a projeção de algum sistema regulatório geral ideal tenha sido um tema teimosamente recorrente em toda a história do pensamento humano. (...) A questão fundamental, portanto, em seus termos materiais de referencia, é a exploração e a apropriação alienada do *trabalho excedente enquanto tal*, não apenas esta ou aquela forma particular disso, e em termos da estrutura de comando político geral das determinações regulatórias alienadas de hoje, o *Estado enquanto tal*. Ambos *permanecem ou caem juntos*. O tempo *disponível* da humanidade não pode ser liberado sem isso. Essa é a montanha que *devemos* escalar e conquistar. (MÉSZÁROS, p. 102 e 103, 2015)

O Estado Democrático de Direito, é um conceito burguês que serve de aparato e como grande balcão de negócios ao capital. A população é formatada, sujeita aos estatutos, leis e constituição, mas, a burguesia rasga esses contratos quando é conveniente. A América Latina (AL) tem sido coadjuvante no cenário internacional, está integrada na divisão social de trabalho em escala mundial. “Forjada ao calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente. A América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional” (Marini, p.105, 2000). E com o passar dos anos, Galeano diz que:

Não sofre a menor modificação o sistema de vasos comunicantes por onde circula os capitais e as mercadorias entre os países pobres e os países ricos. A América Latina continua exportando seu desemprego e sua miséria: as matérias-primas de que o mercado mundial necessita e de cuja venda depende a economia da região. O intercâmbio desigual funciona como sempre: os salários de fome da América Latina contribuem para financiar os altos salários dos Estados Unidos e da Europa. (GALEANO, p. 225, 2002)

O Estado, no papel que lhe é atribuído no sistema capitalista neoliberal, abre, “cede” cada vez mais espaço para as grandes empresas, corporações e organismos internacionais, para que seja garantida a qualidade almejada para manutenção do sistema capitalista. E assim, vinte e oito bancos (Bank of America, BNP Paribas, Barclays, Citigroup, Credit Suisse, Deutsche Bank, Goldman Sachs, HSBC, JP Morgan Chase, Royal Bank of Scotland, UBS, etc.) detêm recursos superiores à dívida pública de 200 Estados (MORIN, 2016). A Dívida tem um sistema que opera para manter a expropriação independente dos descasos com as áreas sociais, com o ser humano.



Fonte: <http://www.auditoriacidada.org.br/>

Esse sistema atrela os Estados às agendas sociais do capital para que os recursos sejam encaminhados para o pagamento da dívida, ou melhor, para os encargos, juros e amortizações da mesma, visto que mal se chega ao estoque da suposta dívida pública dos Estados, independente das mazelas e aumento das diferenças entre as classes sociais. Desse modo,

O compartilhamento de uma agenda educacional entre países e OM (Organizações Multilaterais) gerou o fenômeno da universalização e da homogeneização e de políticas educacionais, dos anos 1990 pra cá, principalmente nos países periféricos. O discurso hegemônico de OM (Organizações Multilaterais) associado aos interesses dos Estados é difundido via mídia, intelectuais, acadêmicos, organizações não governamentais entre outras formas. Por esses meios, pretende-se produzir consenso em torno de diretrizes supondo-se sua implementação segundo as condições de cada Estado. (EVANGELISTA e TRICHES, p.187, 2012)

Contudo, as autoras destacam que não se trata de uma mera adesão, mas de uma articulação entre interesses capitalistas, a despeito das posições diferentes ocupadas na divisão internacional do trabalho (EVANGELISTA e TRICHES, p.187, 2012).

Com as articulações políticas feitas e o compartilhamento de agendas, há ausência de legislação que controle os fluxos de capitais, gerando câmbio flutuante, abertura comercial irrestrita que provoca a desindustrialização, sistema Tributário regressivo que garante benesses para rentistas, grandes bancos e empresas transnacionais, enquanto penaliza a classe trabalhadora e os mais pobres. O capital organiza estratégias para educar o consenso (NEVES, 2005). Quando há resistências como no caso cubano ao modelo econômico dominante, há o bloqueio das relações comerciais imposto pelos imperialistas que agem com: a) a opressão por meio do capital; b) a acumulação via espoliação; c) a

coerção consentida. Mas, as contradições e forças contra hegemônicas estão presentes em todos os países. Alguns reagindo ao sistema da dívida e ao capital financeiro. Pois,

As contingências de nossa situação, com destaque para os limites de nossa ordem sociometabólica, não são apenas dolorosas. Elas são inalteravelmente também *contingências globais*, com suas implicações preocupantes. Porque, se a dimensão e os recursos do nosso planeta fossem, digamos, dez vezes maiores do que eles realmente são, a destrutividade do capital poderia continuar por um bom tempo ainda. Mas *eles não são* dez vezes maiores; eles são do tamanho que realmente têm. Para nos restringirmos ao mais elementar, a dominação e a *destruição* em curso da *natureza* devem tornar palpavelmente claro que *há um limite para tudo*. E os limites absolutos do capital demonstram sua insustentabilidade em nosso tempo não apenas em relação a essa questão, mas em diversos outros pontos. (MÉSZÁROS, p. 110, 2015)

No que se refere à questão ambiental, é de conhecimento de todos a imensa riqueza natural do continente americano, em especial a América do Sul, com recursos imprescindíveis à produção, como os minérios, e à vida, como a água. Portanto, a educação básica voltada para o trabalho, sem o pensamento crítico e o reconhecimento de sua própria identidade facilita a continuidade desse sistema linear e finito. Sendo assim, a conscientização não é apenas conhecimento ou reconhecimento, mas opção, decisão, compromisso (FREIRE, p.10, 2004).

3- Aspectos Políticos e Socioeconômicos nos Sete Países Latino-americanos

A escolha dos sete países se deu pela possibilidade de um panorama mais geral, mas, haja visto o grau de aprofundamento, intenso ou muito pequeno, desses países no sistema econômico capitalista juntamente com as influências que se deram na Educação Básica. O Brasil e Chile têm seguido a agenda global estruturada para a educação (AGEE) referida por Dale (2004) sem resistência dos governos no início desse milênio; já a Venezuela teve avanços significativos e o desaparecimento da taxa de analfabetos, o Equador fez a auditoria da Dívida Pública e conseguiu reverter uma boa parte para políticas sociais, para a educação; na Bolívia, houve uma nova constituinte onde foi alterada a natureza do Estado, quando é dito que o Estado não pode salvar empresas privadas e bancos, além da população indígena, que é a maior do país está mais incluída nas ações do

governo; no México há resistências fortes dos professores contra os desmantelamentos dos direitos trabalhistas; e Cuba pela sua história de resistência ao imperialismo norte americano desde o século XX, em que mostra as áreas sociais como prioritárias à população, com destaque no cenário internacional a saúde e a educação.

O Brasil tem assumido todas as orientações do capital financeiro, cortes sociais e redirecionamento do orçamento nacional para dívida “pública”. Vai na contra mão do Equador que auditou, desidratando 70% da mesma com os bancos privados internacionais, com a economia de US\$ 7,7 bilhões nos próximos 20 anos e com aumento para os gastos sociais, principalmente saúde e educação, que é o que tem sido feito pelo governo de Rafael Córrea. O país passou a aplicar mais nas políticas sociais. A auditoria no Equador deu ao país maior soberania em 2009, com reconhecimento de no máximo 30% da dívida externa, e 95 % dos detentores aceitaram a proposta equatoriana. Por outro lado Tavares (2013) diz que:

Apesar de toda a propaganda que se faz do Equador, colocando-o dentro de um espectro de "país dirigido pela esquerda", não são poucas as contradições vivenciadas pelo governo de Rafael Correa, cada vez mais distante do que se poderia considerar um mandato com o povo. Indiscutivelmente o primeiro mandato trouxe avanços importantes, como a realização de uma nova Constituinte, soberana e autônoma, que, apesar de todos os percalços, conseguiu levar para dentro do documento que rege a vida das gentes numa nação uma série de avanços fundamentais que, inclusive, servem de exemplo a todo o mundo. Mas, no cotidiano da vida, quando a Constituição começou a ser regulamentada, os interesses econômicos e políticos começaram a aparecer com força e a ditar regras que, de certa forma, destroem toda a lógica do *sumak kausai* (o bem viver - que é o bem viver de corte indígena, não é o consumismo do mundo capitalista), centro de toda a Constituição nacional. Um dos exemplos mais visíveis é o da mineração e da exploração de petróleo.

No Brasil está desenhado para atender ao Sistema da Dívida Pública e os interesses econômicos e políticos estão instalados no país há bastante tempo, e nem “sombra” de auditoria ou nova constituinte como no Equador. O país passa por crises políticas do regime democrático eleitoral, mantém afastada a presidenta reeleita, Dilma Rousseff, sob a gestão do seu vice, Michel Temer, presidente interino, que tem aplicado em caráter de urgência,

medidas que comprometem a qualidade de vida da classe trabalhadora, o que em certa medida já vinha sendo feito também por Dilma, mas, de modo mais lento e com políticas compensatórias e afirmativas.

Na página do Instituto de Estudos Latino Americanos (IELA), Os movimentos sociais do Chile denunciam uma negociação que o governo vem fazendo secretamente, que permitirá o acesso de empresas estrangeiras aos recursos naturais, propriedade intelectual, internet e áreas financeiras do país, inclusive mudando leis para garantir os investimentos desses parceiros. É o chamado TPP (Plano Trans-Pacífico), tratado econômico que engloba 12 países e é liderado, obviamente, pelos Estados Unidos. Os militantes sociais insistem que esse é um dos tratados mais obscuros a que o país está se integrando, o único que parece certo é que as grandes corporações haverão de ter um poder gigantesco sobre a vida do país e seus recursos. Além do Chile, entre os 12 países, está assinando o TPP, também o México. Todos eles circulando na mesma órbita do imperialismo.

O México e o Brasil têm as duas maiores economias da América Latina e compartilham semelhanças como alta taxa de criminalidade, corrupção endêmica, burocracia pesada e interesses diversos encrustados como ostras ao Estado, prontos para vetar reformas e interditar debates que ameacem seus privilégios, de acordo com Passos (2014). Diz Farinelli (2014) que a economia mexicana é a do salário mínimo com menor poder de compra da região, o nível de crescente informalidade no trabalho piora o já gravíssimo quadro de desigualdade social no país, e na seção de carnificina do noticiário internacional os relatos sobre o assassinato dos 43 estudantes assustam. Alguns teriam sido queimados depois de mortos, mas outros estavam vivos e tentaram escapar da vala comum onde foram atirados e banhados em querosene, resvalando entre os corpos dos colegas, esquivando as balas dos narcotraficantes que gargalhavam por sua própria crueldade. No México, situações como essa se tornaram comuns. Teve a onda de jornalistas decapitados por investigar casos ligados ao tráfico, dos outros mais de 70 mil mortos no país pela guerra contra o narcos nos últimos sete anos, e por que não, das 49 crianças queimadas vivas numa creche, um caso que não teve ligação com o crime organizado, mas que demonstra como a Justiça faz parte do circo da impunidade no país, já que nenhuma pessoa foi sequer processada ou minimamente responsabilizada pelo sucedido.

Em meados da década passada, disse o então presidente Felipe Calderón o discurso de segurança nacional, que se impôs para esconder os desatinos de uma economia que vai muito bem na produção de riqueza mas, péssima na distribuição da mesma. E quando se fala em política de segurança para Calderón, um dos presidentes mais alinhados a George W. Bush naquele momento então diz que “nos referimos à doutrina de aumentar da violência para combater a violência do narcotráfico, exército nas ruas e nas comunidades rurais, e não em cortar pela raiz alguns males como a corrupção interna das polícias e a ligação de policiais e líderes políticos empresariais regionais com os grandes cartéis”. O caso dos 43 estudantes mostra isso: detidos pela polícia, que os entregou ao grupo narcotraficante, que assassinou os rapazes por ordem do prefeito da cidade. Quem são os representantes políticos do México?

Na Bolívia, segundo Martins, (2014) as reservas internacionais em moedas fortes são, proporcionalmente, quase duas vezes superiores às brasileiras. A dívida pública cai a cada ano. Tudo isso foi alcançado com medidas também opostas as do Brasil. E tais êxitos foram alcançados porque o governo “abandonou as recomendações do FMI e de outras grandes fontes de financiamento”, inverteu-se a submissão automática aos mercados. Nos anos 1990, a Bolívia tornara-se conhecida por aceitar a condição de laboratório das políticas neoliberais. Em nome do combate à inflação, houve cortes maciços de programas sociais, fim de subsídios a bens essenciais, privatizações, demissões em massa. Tentou-se a privatização das fontes de água (em Cochabamba) e das reservas de gás. Produziu-se desigualdade, marginalização, instabilidade política, e as revoltas que levaram Evo Morales ao poder. Seu governo lançou políticas ousadas de redistribuição de renda; promoveu a reestatização de importantes empresas em 2006, como a de produção de gás, e a alta das cotações internacionais do produto, não encheu os bolsos de poucos proprietários privados (como ocorre com o agronegócio e as mineradoras, no Brasil). Ajudou, ao contrário a ampliar os programas sociais, os investimentos de infraestrutura, a geração de ocupações. Em 2013, Evo apoiou-se nesta alta para instituir um 14º salário para os servidores públicos e parte dos trabalhadores privados. Por fim, não houve (ao contrário do Brasil) concessões fiscais a grandes grupos econômicos. Ao contrário. As tentativas de desinvestimento, por parte do empresariado, foram enfrentadas com a nacionalização de pelo menos vinte companhias, numa série de setores econômicos.

Em Cuba, com o bloqueio econômico, a ilha se desenvolveu em aspectos sociais importantes e que lhe conferiu destaque no cenário mundial, como educação e saúde. Segundo Vasconcelo (2016), um dos mais duradouros prejuízos que o bloqueio estadunidense impôs a Cuba foi à constrição da base tecnológica necessária ao seu desenvolvimento econômico. Porém, em 2001, Fidel Castro e Hugo Chávez formalizaram uma ampla aliança política com o Convênio Integral de Colaboração entre Cuba e Venezuela. O pilar sustentador do acordo foi a troca de médicos cubanos e educação médica por petróleo venezuelano. Cuba ainda ofereceu professores para o programa de alfabetização que, em 2005, fez da Venezuela o 2º país livre do analfabetismo na América Latina, 44 anos após Cuba ter alcançado essa conquista. A retomada das relações diplomáticas com Estados Unidos, feito simultaneamente por Raul Castro e Barack Obama em dezembro de 2014, gera muitas dúvidas sobre o futuro econômico e político-social da ilha.

Durante 54 anos, o governo cubano, movimentos sociais do mundo e a até mesmo a ONU denunciaram os sacrifícios que o isolamento forçado impunha à população isleña. Uma campanha permanente contra o bloqueio se instalou no dia-a-dia das esquerdas latino-americanas de 1960 até hoje. Com o transcorrer das décadas, o tema foi se petrificando, se convertendo em uma espécie de “denúncia perpétua” contra as práticas imperialistas. No entanto, ultimamente pouco se falava sobre o que poderia ocorrer de fato com a retomada das relações comerciais Cuba-EUA, sobre seus termos concretos e correlações de forças. (VASCONCELOS, 2016)

Mas, como afinal, o contato econômico entre uma das maiores potências capitalistas do planeta e a última ilha socialista do século XXI poderia concretamente beneficiar a população cubana, sem lhe sequestrar as reconhecidas conquistas sociais ou dilapidar o igualitarismo? Na matéria feita por Tavares (2015) ela discorre sobre a fala da professora cubana Mylai, que diz:

(...) ser a caminhada de Cuba uma experiência única, cheia de avanços, retrocessos e contradições. Mas, é um processo que vem sendo construído pelo povo cubano e só a ele cabe o direito de mudar ou seguir aprofundando o socialismo. "É certo que temos hoje uma geração que não viveu a revolução, que está bastante conectada com as promessas do capitalismo, afinal, a ilha nunca esteve isolada. Sempre fomos um país aberto a toda a gente. Então, é natural que aconteçam mudanças, novas

ideias, novas formas de organizar. Há um desejo muito grande de conhecer o mundo, viajar, vivenciar as experiências que a qualidade cultural criada em Cuba exige. E, ao mesmo tempo, há uma impossibilidade por conta das dificuldades financeiras. Então é sempre uma tensão permanente". (TAVARES, 2015)

3.1- Avaliação Externa e o Currículo na Educação Básica dos Sete Países Latinos

O Brasil segue a AGEE, políticas neoliberais, e alguns dos elementos são maior influência empresarial, transparência dessa influência, como o Todos pela Educação (TPE) que determinam as políticas públicas educacionais; a privatização, direta ou indireta, com as Organizações Sociais (OSs); e as Avaliações Externas desde a Educação Básica à Educação Superior. No século XXI o sistema de avaliação veio com muita força, aparecem as provas padrões, o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) que mensura alunos(as), professores e escolas. Dentro de um estudo feito pela UNESCO, Freitas (2015) publica em seu blog:

(...) estudo regional sobre desempenho dos estudantes na América Latina e caribe. O TERCE – Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo – é o estudo de desempenho da aprendizagem em larga escala mais importante na região latino americana. Os países foram ordenados em três grandes grupos em função da média: significativamente abaixo da média; significativamente na média, ou significativamente acima da média. Quando comparado regionalmente, o Brasil se sai bem, pois, as médias em todas as medições de todas as disciplinas, para desgosto dos economistas de plantão, está ou equiparada à média latina americana ou acima dela. Como é evidenciado no mundo todo, o ²TERCE também mostra que os resultados da aprendizagem estão positivamente relacionados com o nível socioeconômico das famílias.

As avaliações são feitas com base nas provas de desempenho padronizadas e a UNESCO se baseia nelas. Como se cada comunidade escolar por si só já não fosse diferente de outra num mesmo estado. A conclusão que parece óbvia expõe o fator

² Ao contrário do PISA, que compara países do mundo todo com enorme diversidade cultural, econômica e social, o TERCE reúne apenas 15 países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai), além do estado de Nuevo León (México).

socioeconômico como elemento que faz diferença no desempenho, nos resultados finais das avaliações.

No Chile desde a ditadura militar a educação foi privatizada, mesmo com o nome de pública, é paga. Movimentos estudantis ocorreram, promessas políticas são feitas, porém, não há mudança no caráter privatista. “O que os estudantes pediram em 2006, continuam pedindo hoje: fortalecer a educação pública e não o lucro. O que causa tudo isso é um sistema em que 50% da educação básica, mesmo recebendo subsídios do estado, têm autorização para cobrar mensalidades das famílias” (CARVALHO, 2011). O sistema educacional funciona pelo financiamento compartilhado. Segundo o educador Juan Eduardo García-Huidobro, que acompanhou todo o processo de mediação dos protestos dos ³pinguins e seguiu de perto as reivindicações dos estudantes secundaristas em 2011,

Mesmo se não tivéssemos vivido a desgraça de Pinochet, ainda assim teríamos que lidar com a desgraça das políticas neoliberais na educação. Hoje mesmo ainda existem países centro-americanos que se aventuram nesse conto da municipalização, mesmo após ver no Peru e no Chile que claramente isso não funciona. Existe uma espécie de senso comum na América Latina de que o mercado distribui melhor do que o estado, o que nos levou a essa situação. (Além disso, tem a municipalização e) o problema é que junto a isso quiseram criar um mercado da educação, e, portanto, deram às escolas privadas os mesmos benefícios das escolas públicas, com a falsa ideia de que a competição entre o público e o privado geraria uma melhora educacional. (CARVALHO, 2011)

A distância entre pobres e ricos só aumenta. O que gera as revoltas. Professores têm salários distintos conforme o desempenho de sua escola, assim, eles procuram escolas em que há possibilidade de seu desempenho ser reconhecido pelos sistemas de avaliação e, portanto, de serem mais bem remunerados.

No México, segundo Krawczyk e Vieira (2016), o sistema de controle e avaliação estatal no México é um tema ainda não resolvido devido à forte oposição sindical. Em contraposição, os sistemas de avaliação no Chile já vêm de longa data e foram se aperfeiçoando no decorrer dos anos. Tais sistemas são os sustentáculos dos parâmetros das subvenções, já que fornecem as informações para a fixação do repasse em termos tanto do número de alunos e das gratificações dos professores quanto da inclusão ou não da escola

³ Movimento estudantil nomeado pinguins pelo uniforme, já do período Pinochet, que objetivava fortalecer a educação pública e não o lucro.

nos programas compensatórios. Tonelli (2015) afirma que em 2006, no México, a trincheira da luta de classes teve como protagonista os professores grevistas da província de Oaxaca. A luta dos professores era por condições dignas de trabalho e qualidade de ensino. Essa mobilização impulsionou um dos movimentos revolucionários mais importantes do início do século XXI, a Comuna de Oaxaca. E novamente, em 2016 um forte movimento nos estados mexicanos, trabalhadores que integram a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE) do país iniciaram, após três anos de luta, uma greve geral para dizer não a reforma educacional proposta pelo governo do presidente Enrique Peña Nieto, que prevê cortes nos direitos trabalhistas (BRASIL DE FATO, 2016).

A respeito do Equador, Elaine Tavares, membro do Instituto de Estudos Latino Americanos, trás notícias de que:

(...) o governo decidiu também eliminar as pequenas escolas comunitárias que atuam na lógica intercultural, ensinando em duas línguas. Não quer mais que a educação alternativa (leia-se indígena) se faça nas pequenas unidades que atuam com a proposta de uni docência, porque os indígenas acreditam que o conhecimento é um só, e não pode ser dividido em aulas de 50 minutos desconectadas do mundo real. Mais uma vez, os tecnocratas governamentais decidiram que a educação de primeiro e segundo grau do Equador devem seguir as propostas do Banco Mundial e precisam se constituir em "Unidades Educativas do Milênio", as quais são reputadas as novidades tecnológicas e todas aquelas "maravilhas" que os projetos vindos de fora apregoam. Falam em escolas equipadas com computadores, alto nível de ensino, novos conceitos pedagógicos. Tudo dentro da proposta ocidental, sem considerar as especificidades da pedagogia indígena. Segundo a pedagoga e comunicadora Rosa María Torres (<http://otra-educacion.blogspot.com.br>), a proposta está centrada na aparência, sem que sequer se mencione a situação dos professores, por exemplo, categoria que tem protagonizado grandes lutas no país. (TAVARES, 2013)

Apesar de o país ter feito dois grandes movimentos que foi a auditoria da dívida, que aprisiona os recursos da união e precariza as políticas sociais, e também uma nova constituinte, o Equador não tem fugido à massificação, à dependência dos organismos internacionais e multilaterais. Tem mostrado desprezo pelas escolas comunitárias indígenas, a cultura do país. O governo de Rafael Correa decidiu homogeneizar o processo educativo, sem levar em consideração à própria Constituição que garante a pluriculturalidade, diz Tavares (2013).

Guzman (2014) afirma que sobre a Bolívia, a educação básica numa etapa de mudança estrutural, é considerada como um instrumento ideológico-político, a educação supera o estágio do Estado colonial, classista, elitista, discriminador para o de um Estado plurinacional inclusivo, assumindo o papel de transformador da sociedade na busca do bem estar da comunidade, em uma complementaridade com a mãe terra e o cosmos. Segundo ele:

O nível de educação primária comunitária vocacional visa ao seguinte objetivo: desenvolvemos capacidades, potencialidades humanas, atitudes pesquisadoras da ciência, da técnica e da tecnologia, orientadas à identificação cultural e linguística, ligadas aos valores comunitários de articulação, contribuição, redistribuição, reciprocidade, aquisição de saberes e conhecimentos próprios e à prática da interculturalidade, superando esquemas mentais individualistas, racistas, classistas, regionalistas, caudilhistas e discriminadores.

Na Venezuela a “Educação Bolivariana” é regulamentada com a Nova Lei Orgânica da Educação, de 2009. É inspirada nos ideais do venezuelano Simon Bolívar (1783- 1830), considerado o pai da libertação da América Latina.

Educação Primária (Escola Bolivariana), de 7 aos 12 anos Ocorrem nas chamadas Escolas Bolivarianas, também baseada na formação integral, seus currículos incentivam:

- a) a promoção da justiça social, na qual as crianças se alimentam, recebem ajuda nos deveres, na recreação e dinâmicas culturais;
- b) recorda que o povo venezuelano é latino-americano e caribenho, que precisa se vê assim e compreender o Sul, a Centro-américa e as Antilhas, tendo em vista que as possibilidades futuras em comum estão na capacidade de integração do continente;
- c) propiciam a organização social, a educação é vista como renovação pedagógica permanente, além das técnicas e estratégias de ensino; mudanças éticas, de reflexão sobre para que ensinar, a quem, que, onde e por que; implica entender a criança como sujeito de sua própria aprendizagem, a partir de sua experiência e de sua acumulação; entende o ensino como a arte formar sujeitos da história. (PORTAL VERMELHO, 2016)

O país em relações diplomáticas com Cuba erradicou o analfabetismo, e a identidade latina americana é um importante foco para o Chavismo. Porém com a morte de Chávez em 2013, e a entrada do seu vice, Maduro, o país tem passado por muitos problemas, e a insatisfação popular só aumenta. Apesar disso, Maduro, segue decreto que:

designa recursos extraordinários a projetos previstos ou não na Lei Orçamentária, direcionados a órgãos e entidades da administração pública para otimizar o atendimento aos venezuelanos nos setores de saúde, educação, alimento e moradia; esses projetos também poderão ser executados nas missões sociais do país. Com a morte de Chávez e Maduro na presidência, a política e a economia venezuelana regrediu, e a educação poderá sofrer drásticas consequências.

Em Cuba apesar dos escassos recursos e fortes problemas econômicos advindos do bloqueio econômico imposto pelos EUA até pouco tempo, os dados da educação cubana impressionam o mundo, é o que diz na reportagem do site Pragmatismo Político (2015). A Unesco informou sobre a prova Laboratório Latino-Americano de Avaliação de Qualidade do Ensino (LLCE), estudo que revelou dados que os surpreendem e a muitos analistas. Porém, surpreende por ser uma ilha que com todos os problemas investe nas políticas sociais e resiste ao grande capital.

O artigo é uma proposta de pesquisa a ser aprofundada , a ser investigada nos sete países destacados da América Latina, para estudos de caso e pesquisa comparativa no que diz respeito à educação básica pública e as influências do grande capital. Pretende-se analisar a atuação dos Estados diante dos organismos multilaterais e internacionais. Quais os pontos de convergências e divergências entre esses países; quais seus trunfos de resistências ao capital financeiro e como são suas relações com o imperialismo e o grau de dependência e conseqüentemente como estruturam suas políticas públicas para a educação. E lançar uma preliminar nas Jornadas Bolivarianas que traz o tema Educação é com certeza enriquecer a proposta.

REFERÊNCIAS

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/>, Acesso em: 02/07/2016.

BRASIL DE FATO. Cinco professores e um jornalista morrem após forte repressão em Oaxaca, no México. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/20/cinco-professores-e-um-jornalista-morrem-apos-forte-repressao-em-oaxaca-no-mexico/>. Acesso em: 02/08/2016.

CARVALHO, Ricardo. O que está por trás das revoltas do Chile. Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/>. Publicado em: 2011. Acesso em: 13 de julho de 2016.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Curso de Pedagogia, organizações multilaterais e o superprofessor. *Educar em Revista*, Editora UFPR, Curitiba/PR, n. 45, p.185 – 189, jul/set, 2012,

FARINELLI, Victor. O México queimando vivo enquanto a economia cresce. Publicado em 2014. Disponível em: <http://redelatinamerica.cartacapital.com.br/mexico/>, Acesso em: 10/08/2016.

FREIRE, Paulo. *A Pedagogia do Oprimido*. 38ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.

FREITAS, Luiz Carlos de. [UNESCO avalia ensino fundamental na região](#). In: [Avaliação Educacional – Blog do Freitas](#). Publicado em 30/07/2015. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2015/07/30/unesco-avalia-ensino-fundamental-na-regiao/>. Acesso em: 10/08/2016.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 43ª edição, 2002.

_____. *De Pernas pro Ar – A Escola do Mundo do Aveso*. Porto Alegre, RS: L& PM Editores, 2011.

GUZMAN, Ciro Bozo. Política e gestão da educação básica na Bolívia. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 8, n. 14, p. 193-207, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/>, Acesso em: 13/08/2016.

Instituto de Estudos Latino Americanos (IELA). *Chilenos protestam contra o TPP*. Publicado em 2015. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/tags/chile>. Acesso em: 01/08/2016

KRAWCZYK, Nora Rut e VIEIRA, Vera Lúcia. A reforma educacional no México e no Chile: apontamentos sobre as rupturas e continuidades. Disponível em: www.nupe.ufpr.br/noravera.pdf, Acesso em: 11/07/2016.

LASA – *Latin American Studies Association*. Disponível em: <https://lasa.international.pitt.edu/por/>. Acesso em 10/08/2016

MARTINS, Antônio. Economia, o notável exemplo da Bolívia. Publicado em: 19/02/2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/economia-o-notavel-exemplo-da-bolivia-6693.html>, Acesso em: 13/08/2016.

MARINE, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MÉSZÁROS, István. A montanha que devemos conquistar. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2015.

MORIN, François. O oligopólio bancário age como uma quadrilha organizada. Publicado em: 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/545323->. Acesso em: 05/08/2016.

NASSIF, Luiz. [Venezuela entra em “estado de emergência econômica”](#). Publicado em 2016. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/venezuela-entra-em-%E2%80%9Cestado-de-emergencia-economica%E2%80%9D>, Acesso em 10/08/2016.

NEVES, Lúcia Maia Wanderley (Org). A Nova Pedagogia da Hegemonia – Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Editora Xamã, 2005.

PASSOS, Luiz Pedro. [O México faz reformas, quebra monopólios, sem maioria parlamentar](#). Publicado em 2014. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/>, Acesso em: 11/08/2016.

PORTAL VERMELHO. Educação Bolivariana: uma revolução bolivariana na América Latina. Publicado em 2009. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/114761-1>, Acesso em: 01/08/2016.

SANTOS, Theotônio dos. Teoria da Dependência – balanço e perspectivas. V. 1, Obras Escolhidas. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2015.

TAVARES, Elaine. Equador, a opção pela dependência. In: Brasil de Fato. Disponível em: <http://antigo.brasildefato.com.br/node/26633>, Acesso em 10/08/2016.

_____. A Democracia em Cuba. Publicado em: 2015. Disponível em: <http://178.62.201.127/noticia/democracia-em-cuba>, Acesso em: 15/08/2016.

TONELLI, Livia. México: Nove anos da Comuna de Oaxaca e as lições aos professores. 2015. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Mexico-Nove-anos-da-Comuna-de-Oaxaca-e-as-licoes-aos-professores>. Acesso em: 02/08/2016.

VASCONCELOS, Joana Salém. Cuba e a Dependência Externa: passado e presente. Disponível em: <http://iela.ufsc.br/rebela/revista/volume-6-numero-1-2016>. Acesso em: 02/08/2016.